

As metamorfoses do ambiente econômico e as principais preocupações das empresas brasileiras nos tempos recentes

*Armando Dalla Costa**

*Elson Rodrigo de Souza-Santos***

Resumo: A partir da década de 1980 as mudanças no modelo de desenvolvimento através de reformas pró-mercado, redução da intervenção estatal, abertura econômica e competição estrangeira provocaram transformações na lógica de funcionamento e interação entre as firmas, a sociedade e a economia. Esta nova realidade serve como base para a construção do presente trabalho, destacando as particularidades brasileiras. Para isso trazemos as tendências mundiais de metamorfoses no ambiente empresarial em relação ao movimento de liberalização e desregulamentação dos mercados, integração da economia mundial e papel preponderante da inovação e tecnologia. Para o Brasil, destacamos três particularidades do movimento de liberalização e desregulamentação, mudança no ambiente macro e microeconômicos e impactos na organização interna das firmas.

Palavras-chave: Governança corporativa; Ambiente econômico; Empresas.

Classificação JEL: B26; D02; D23.

* Pós-Doutor pela Université de Picardie Jules Verne, Amiens e Doutor pela Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Economia Empresarial (NUPEM). Endereço eletrônico: adjcosta@ufpr.br.

** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Núcleo de Pesquisa em Economia Empresarial (NUPEM). Endereço eletrônico: elson129@gmail.com.

1 Introdução

Nas décadas de 1980 e 1990 a aceleração das mudanças econômicas e institucionais do ambiente empresarial ao redor do mundo influenciou a forma como as firmas interagem com mercados e organização interna, criando novas tendências para as estratégias de negócio, atuação de mercado e interação com o novo cenário. A nível mundial, o novo cenário coincide com a liberalização e desregulamentação, criação de mercados e firmas mundiais, a inovação e tecnologia como centrais para a criação de capacidade competitiva. No âmbito nacional, as determinantes variam de acordo com a realidade e construção institucional e econômica de cada país, ainda que influenciada pelas tendências mundiais. Por exemplo, na Espanha ocorreu a forte influência do aprofundamento da integração econômica e política no âmbito da União Europeia. Outro exemplo é o argentino, onde o impacto se dá pela redução agressiva da participação estatal na economia com o movimento de privatização e desregulamentação da economia em conjunto com a abertura.

Deste cenário surge o objetivo do trabalho, que busca elencar os novos elementos que emergiram do cenário para as empresas brasileiras nas últimas duas décadas, que apontam novos desafios e exigem soluções diferentes para as firmas nacionais. Para atingir o objetivo, destacam-se as particularidades do movimento de liberalização e desregulamentação, a mudança no ambiente macro e microeconômicos e os impactos na organização interna das empresas. Em função destas transformações, surgiram outras discussões atuais como desindustrialização, criação de multinacionais, capacidade de inovação e criação de produtos com maior valor agregado e competitividade internacional.

Para explorar este objeto, o trabalho está organizado em três seções, além dessa introdução. A primeira investiga os determinantes genéricos do novo ambiente empresarial emergido nos anos recentes. A segunda apresenta as metamorfoses e pontos importantes para a economia brasileira nas últimas duas décadas. A terceira aprofunda a discussão sobre os fatores-chave do novo ambiente empresarial brasileiro.

2 Novos determinantes do ambiente empresarial

Ao longo da segunda metade do século XX, com maior intensidade a partir dos anos 1980, surgiu um novo ambiente para as empresas, trazendo como protagonistas as vantagens competitivas da inovação e as novas tecnologias, seguidas do acirramento da competição e criação de novos produtos e nichos de mercado. Paralelo a este fenômeno, instaurou-se uma reorganização da estrutura produtiva mundial através da interação entre elementos macro e microeconômicos, levando a criação de mercados e empresas globalizadas.

O papel da inovação e o aumento da intensidade tecnológica dos produtos e processos pulverizou uma estrutura de competição e de organização dos mercados. Há uma perspectiva nova, presente em diversos trabalhos, como Dosi *et al.* (1994), que atribuem ao investimento em inovação e desenvolvimento

de novas tecnologias um forte peso para justificar o sucesso do desenvolvimento dos países asiáticos em relação aos latino-americanos. No que diz respeito à microeconomia, Malerba (2006) destaca o papel da inovação para a evolução das indústrias e organização dos mercados. Neste contexto, surge um aspecto cada vez mais presente na literatura econômica, especialmente a partir dos anos 1980, quando os investimentos em inovação se intensificaram, acelerando o ciclo de inovação e disseminação de novos processos e produtos. Assim, os países e firmas que lideram o processo de inovação tendem a adquirir vantagens competitivas e se destacam no mercado.

No aspecto micro e macroeconômico um ponto importante é o movimento de liberalização e desregulamentação dos mercados no setor produtivo e financeiro, acompanhado da redução da intervenção estatal nos mercados através da privatização e eliminação das restrições ao funcionamento do mercado. Esta mudança é justificada como forma de proporcionar maior competitividade e estabilidade ao funcionamento do mercado, em contrapartida ao modelo anterior, onde a intervenção estatal se tornava desejável para sustentar a livre concorrência. A nova política neoliberal se disseminou a partir dos Estados Unidos nos anos 1980, exportada para os demais países desenvolvidos e em desenvolvimento, levando a reformas nas estruturas nacionais com ondas de privatização e abertura de mercados. Entretanto, a partir da década de 2000, as instabilidades fortaleceram críticas como de Stiglitz (2003), de que o Estado possui um papel relevante na sociedade e não pode se furtar excessivamente da função de regulador e interventor em nome do bem-estar social.

No aspecto financeiro, a liberalização e desregulamentação eram vistos como formas de reduzir a repressão financeira e criar mercados mais estáveis, funcionais e capazes de dar suporte a produção e consumo a custos baixos. O epicentro se deu nos Estados Unidos a partir dos anos 1970, quando os agentes passaram a esperar e criar instabilidades a partir das falhas na estrutura de regulação do sistema norte-americano e mundial, dando um suporte ao argumento de que a solução seria a liberalização dos mercados. Assim, ocorreu paulatinamente a implosão do Sistema de Bretton Woods em 1971, com o abandono do padrão ouro-dólar e a implantação do câmbio flutuante, liberalização dos fluxos de capitais internacionais e redução das restrições na operação dos agentes, trazendo consigo uma espiral de inovações financeiras e novos produtos para alavancagem dos agentes. Ao mesmo tempo, como mostra Adam (2002), esta era uma alternativa para as empresas se financiarem com recursos próprios fugindo da dependência e custos mais elevados de agentes externos. Porém, recentemente este modelo passou a ser criticado por suscitar movimentos especulativos e intensificar as instabilidades, especialmente com o advento da crise financeira mundial (2007-...), iniciando como solução mais regulamentação e restrições. Um exemplo concreto está no plano da União Europeia, que busca elevar as restrições ao sistema financeiro como forma de reduzir a especulação e o contágio entre seus países membros (Barnier, 2010).

Ao mesmo tempo que as tendências de desregulamentação e liberalização se firmavam no cenário nacional, passavam a ser transportadas para o aspecto

internacional com o movimento de crescente integração produtiva e financeira com a criação de mercados mundiais.

No aspecto comercial surgiu a Organização Mundial do Comércio - OMC (antigo *General Agreement on Tariffs and Trade* - GATT), fundado em 1947 como uma instituição responsável por fomentar a integração comercial mundial, combater práticas protecionistas e mediar acordos entre países. No estágio atual, o passo seguinte ocorreu com as liberalizações promovidas pela Rodada de Doha em 2001, seguida de reuniões em Cancún, Genebra, Paris, Hong Kong e Potsdam. Entretanto, como observa Tachinardi (2007), a rodada entrou em 2007 quando os países industrializados e em desenvolvimento não chegaram a um acordo sobre as tarifas e formas de liberalização comercial. Apesar desses entraves, a integração comercial avançou e teve como protagonistas a formação de blocos regionais (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais blocos regionais

Bloco Econômico	Formato	Fundação	Membros
União Europeia	Mercado comum	1992 ¹	Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Reino Unido
Mercosul	Mercado comum	1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai
Nafta	Área de livre comércio	1991	Estados Unidos, Canadá e México
Apec	Área de livre comércio	1993	Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Singapura, Taiwan, Tailândia, Estados Unidos da América e Vietnam

Nota: ¹A criação do embrião do bloco data de 1957, quando se estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Fonte: Quadro construído pelos autores com informações oficiais nos endereços eletrônicos das instituições.

Primeiramente, cabe ressaltar a diferença de projetos entre mercado comum e área de livre comércio. O primeiro busca um aprofundamento da integração através da liberalização comercial, de capitais e pessoas, adicionando a necessidade da convergência das políticas micro e macroeconômicas para viabilizá-la. O segundo busca manter a integração no aspecto de bens e serviços, permitindo maior liberdade aos membros nas políticas internas e acordos com países externos ao bloco. Por isso, a Apec conseguiu reunir países tão diferentes que circundam o Oceano Pacífico na medida em que limita o conflito de interesses.

No aspecto financeiro, o sistema construído no pós-guerra e prevalente até o começo dos anos 1970 foi destruído e, como mostra Cohen (2008), não se conseguiu acordar um “novo” sistema negociado internacionalmente. Em substituição ao sistema antigo surgiu um “não sistema” em que as peças e países

se arranjam livremente na organização, alterando e gerando oportunidades de ganhos especulativos e instabilidades. Neste cenário, Eichengreen (2008) observa a criação de uma relação centro-periferia. O centro, formado pelos Estados Unidos, detentores da moeda base do sistema, o dólar, capaz de controlar a liquidez e financiar aquisição de bens e serviços no exterior com maior facilidade. Em paralelo, se formou a periferia, que adquire dólares para garantir estabilidade e fomentar o crescimento da capacidade produtiva nacional. Inicialmente este movimento foi formado pela Europa (especialmente Alemanha) e Japão, passando paulatinamente a se basear nos países asiáticos que mantêm uma relação comercial mais intensa com os Estados Unidos.

Sobre a interação entre a estrutura produtiva e financeira Dooley *et al.* (2003) aprofundam a questão ao afirmar que se formaram dois tipos de áreas: uma denominada de *trade account region*, que representa o modelo asiático, com destaque nas exportações e acúmulo de reservas para viabilizar o crescimento e construção da estrutura produtiva, tendo como principal mercado os Estados Unidos; outra chamada de *capital account region*, que são receptoras de capital dos países desenvolvidos, especialmente norte-americanos, formado por Europa, Canadá, Austrália e países da América Latina, dependentes das variações de liquidez mundial. Assim, as nações englobadas no segundo grupo tendem a sofrer mais com as instabilidades mundiais e humores do mercado financeiro, como também as empresas nacionais não possuem um compromisso explícito com a competição externa e mercado exportador.

No decorrer desta reestruturação ocorreu a formação de empresas multinacionais que transbordam a organização produtiva e administrava interna para uma distribuição global, buscando ocupar mercados nacionais e se aproveitar das melhores vantagens de cada país. De início, tais organizações estavam concentradas nos Estados Unidos, mais tarde envolvendo Japão e Europa e, recentemente, colocando no mapa firmas de países emergentes que conseguiram espaços importantes em determinados mercados.

3 Metamorfoses da economia brasileira

O processo de industrialização brasileiro teve novo impulso nos anos 1930, quando a Grande Depressão originada nos países centrais desarticulou a estrutura e integração econômica e política mundial. Internamente, permitiu que Getúlio Vargas trouxesse consigo a força do movimento que se formava na sociedade desde o fim do século XIX, de considerar a industrialização como sinônimo de modernidade e desenvolvimento. Esta nova forma de pensamento justificava, inclusive, a intervenção estatal e liderança do Estado no processo de mudanças sociais e econômicas derivadas do desenvolvimento. Este novo modelo, apesar das metamorfoses ao longo dos anos, se manteve persistente até a crise da década de 1980.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e prevalente nos demais países da América Latina era denominado genericamente de Industrialização através da Substituição de Importações (ISI). O princípio era de produzir

internamente os bens importados dos países industrializados, fomentando a construção de uma estrutura industrial e formação de um mercado interno, criando uma dinâmica nacional que rompesse a relação de dependência entre centro e periferia. As ideias apresentadas, que sustentavam a nova maneira de ver a industrialização, são pertencentes ao escopo teórico cepalino encontradas em autores como Raul Prebisch (1944), Celso Furtado (2005) e Maria Conceição Tavares (1972). Ao mesmo tempo, tais autores justificavam o papel do Estado como líder do processo de mudança na economia e sociedade, bem como a proteção e um rol de incentivos à indústria nascente.

Ao analisar a dinâmica envolvida no modelo de desenvolvimento no Brasil, México e Argentina, Katz (2005) identifica a interação entre três atores: Estado; empresas nacionais; e multinacionais. O Estado assume o papel de líder e gestor do processo, fornecendo os parâmetros para direcionar os rumos da industrialização e suporte para a construção das novas firmas através do estabelecimento de estatais em setores considerados estratégicos (energia, telecomunicações e mineração, por exemplo), proteção tarifária, empréstimos a custos mais baixos que o mercado. As empresas nacionais, em grande parte familiares, de pequeno e médio porte, se aproveitavam das condições oferecidas pelo Estado e o crescimento da demanda interna para programarem projetos de expansão e fortalecimento da capacidade de competição. Por fim, as multinacionais vindas, sobretudo, a partir dos anos 1950, introduziram uma nova capacidade de produção ao colocar produtos no mercado que as empresas nacionais e estatais não tinham condições de oferecer, mesmo sendo fundamentais para a construção de uma economia fechada.

Por causa da crise da década de 1980 que atingiu tanto o modelo de desenvolvimento implantando no Brasil e América Latina, emergiram questionamentos que levaram a mudanças estruturais, materializadas na década seguinte com a redução do tamanho do Estado, privatização, liberalização e desregulamentação dos mercados. Esta nova orientação constituiu o que Cimolli *et al.* (2003) chamaram de quebra estrutural no arranjo institucional dos países latino-americanos organizado ao longo do processo de industrialização. No Brasil se materializou uma sequência de ações nas décadas de 1980/1990 para estabilizar a economia e criar um ambiente propício para retorno ao crescimento econômico e a trajetória de desenvolvimento (Quadro 2).

Quadro 2 - Principais planos de recuperação no Brasil: 1980-1990

Plano	Ano	Principais Medidas
Cruzado	1986	Introduz o cruzado em substituição ao cruzeiro Congela preços e salários Câmbio fixo em relação ao dólar e libra Extingue a correção monetária para desindexar a economia Cria o seguro-desemprego e o gatilho salarial através de reajustes automáticos Decreta a moratória e suspende o pagamento da dívida externa
Bresser	1987	Mantém o congelamento de preços, salários e a moratória Aumenta tarifas públicas Acaba com o gatilho salarial

Quadro 2 (Continuação) - Principais planos de recuperação no Brasil: 1980-1990

Plano	Ano	Principais Medidas
Verão	1989	Procura segurar a inflação pelo controle do déficit público Privatiza estatais Estabelece novo congelamento de preços Determina a desindexação da economia
Collor	1990	Confisca 80% dos depósitos bancários e aplicações financeiras Volta o cruzeiro como moeda Congela preços Acaba com a indexação Demite funcionários Privatiza estatais Fecha órgãos públicos Começa a abrir a economia à competição internacional
Real	1994	Muda a moeda para o real Fixa a taxa de câmbio na paridade de R\$ 1,00 para US\$ 1,00 Acelera as privatizações Eleva os juros Facilita as importações Prevê o controle dos gastos públicos Mantém o processo de abertura econômica Busca medidas de apoio à modernização das empresas

Fonte: João Sayad (Disponível em: http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/contecsi2004/brasilem_foco/port/economia/panorama/apresent/q-plano.htm).

O processo de abertura e mudanças na economia brasileira foi menos acentuado que em outros países latino-americanos no mesmo período. Como exemplos podemos citar dois casos de uma abertura seletiva. Um do setor petrolífero em que Alveal (1999) observa que a Petrobras se manteve como uma empresa de capital misto, mas que se mantém sobre controle do Estado, diferente da YPF argentina que foi privatizada. O outro sobre o sistema financeiro observado por Mendonça (2009) que, ao analisar os sistemas financeiros do Mercosul, observa que a Argentina se mostra com um sistema fraco, desnacionalizado e sem a formação de instrumentos de longo prazo no sistema bancário. Já o Brasil possui o sistema financeiro mais desenvolvido, instituições públicas fortes e bancos privados que dominam o mercado nacional e lideram o movimento de penetração de capitais nos outros países do bloco.

Para as empresas e empresários, tal processo significou a diminuição da rede de proteção proporcionada pelo Estado através da proteção dos mercados, políticas setoriais e regulamentação, forçando a rápida mudança para um ambiente mais competitivo. Segundo Katz (2005), o ambiente forçou a reestruturação produtiva dos países latino-americanos, o que representou a extinção de pequenas e médias empresas por serem incapazes de fazer frente aos produtos vindos do exterior e a inovação das multinacionais em setores como o metalmeccânico. Por outro lado, assistiu-se ao movimento de valorização da produção de bens primários minerais e agropecuários para abastecimento do mercado mundial e abastecimento dos países emergentes carentes de recursos, como o sudeste asiático. Este último episódio constituiu uma trajetória de reprimarização da economia em nome da readequação a uma nova divisão internacional do trabalho.

No Brasil, Cano (2012) argumenta que as políticas macroeconômicas

praticadas pós-1994 com o advento do Plano Real levaram a um ambiente propício a fragilidade da capacidade industrial nacional frente à concorrência externa. Entre os fatores, são enfatizados taxa de juros mantida elevada para atrair capital externo e no oferecimento de empréstimos a produção nacional, levando à falta de investimentos produtivos enquanto aumentavam os fundos e recursos para o consumo de curto prazo. A tendência seguida foi manter um câmbio valorizado como forma de manter a inflação controlada e enfrentar as dificuldades externas como resultado da atração de capital. Por sua vez, em função da abertura comercial os produtos de maior intensidade tecnológica e valor agregado não conseguem ser comercializados na mesma escala em que são vendidos no país. Nos anos recentes, trabalhos como de Feijó (2007) enfatizaram o problema oriundo da precoce desindustrialização e dificuldade em direcionar recursos para o investimento produtivo e não consumo e gastos de curto prazo.

No que se refere ao processo de atuação empresarial, com a estabilização econômica através do controle da inflação, das privatizações, do fortalecimento da Bolsa de Valores (Bovespa), da pujança do mercado interno, da diminuição da pobreza e miséria, do novo papel do BNDES no financiamento das empresas, entre outros motivos, surgiu um novo comportamento das empresas diante do cenário da economia mundial.

Seguindo o modelo dos demais países em desenvolvimento, com destaque para a China e Índia, o governo brasileiro passou a incentivar a formação de ‘gigantes nacionais’ que pudessem adquirir tamanho suficiente para ter uma efetiva atuação internacional. Para tanto, líderes econômico-políticos alteraram as funções do BNDES, principal banco de financiamento, que passou a apoiar decisivamente um grupo de empresas cujo processo de internacionalização tomou novos rumos a partir de meados da primeira década do século XXI. Conforme Dalla Costa (2011), merecem destaque empresas como JBS-Friboi, Marfrig, Gerdau, Vale, Marcopolo e Randon, que servem de exemplo deste novo modelo de desenvolvimento empresarial. Alguns destes conglomerados saíram para vender novas tecnologias e competências industriais, como é o caso da Embraer, Gerdau e Petrobras, para citar os exemplos mais significativos, enquanto outros foram ‘vender’ *commodities*, com destaque para o exemplo da Vale.

Esta nova atuação internacional das empresas brasileiras manifesta, ao mesmo tempo, uma nova competência industrial, mostrando que firmas nacionais adquiriram tanto um volume de negócios como as competências técnicas e administrativas que lhes permitem ter uma presença de destaque no cenário mundial. Esta realidade manifesta um novo comportamento do Brasil, que busca se aliar a um grupo de países desenvolvidos e emergentes com forte e crescente penetração no mercado mundial. Por outro lado, esta prática ajuda a enfrentar crises econômicas internas, assim como servem de acesso às novas tecnologias e formas de financiamento internacionais.

4 Considerações Finais

Pode-se afirmar que o início do século XXI, no que se refere ao processo

de internacionalização de um grupo de empresas brasileiras, o Estado exerceu papel semelhante ao desempenhado no tempo de Vargas ao incentivar o processo de industrialização através da substituição de importações. Neste último caso, o ator principal foi o BNDES, que assumiu funções específicas tanto na formação de grandes conglomerados nacionais incentivando fusões e aquisições, como financiando aquisições e/ou estabelecimento de plantas industriais no exterior.

Analisando o período de industrialização nacional, que teve novo impulso com a chegada do governo Vargas no poder, pode-se afirmar que o Estado exerceu um papel preponderante no incentivo à industrialização nacional. Num primeiro momento foi a industrialização através da substituição de importações, seguido da formação das primeiras e grandes estatais no setor das indústrias de base, como os casos da Vale, CSN, Petrobras, para citar as mais conhecidas. Em seguida, novamente o Estado teve atuação de destaque com os planos “50 anos em 5 anos” e os I e II PNDs - Planos Nacionais de Desenvolvimento. Atualmente, de novo o Estado assume papel preponderante ao fomentar um grupo de empresas a destacarem-se no mercado internacional, onde assumem papel de líderes em seus respectivos setores, como a Gerdau, a JBS-Friboi, a Vale e a Embraer.

Referências

- Adam, Timr. (2002). “Do firms use derivatives to reduce their dependence on external capital markets?”. *European Finance Review* 6: 163-187.
- Alveal, C. (1999). “Estatais petrolíferas latino-americanas no século XX: um complexo heterogêneo de trajetórias de um capitalismo de intervenção estatal frágil”. *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Curitiba.
- Barnier, M. (2010). “Agenda da União Europeia para a reforma do sistema financeiro”. URL [on-line]: http://ec.europa.eu/internal_market/finances/docs/roadmap/finanial_reform_pt.pdf. Acesso em: 04 de fevereiro de 2012.
- Cano, W. (2012). “A desindustrialização no Brasil”. *Texto para Discussão IE/Unicamp* n. 200.
- Cimoli, M.; Correa, N.; Katz, J.; Studart, R. (2003). “Institutional requirements for market-led development in Latin America”. *CEPAL - SERIE Informes y estudios especiales* 11: 1-57.
- Cohen, B. (2008). *Global monetary governance*. Nova York: Routledge.
- Dooley, M.; Folkerts-Landau, D.; Garber, P. (2003). “An essay on the revived Bretton Woods System”. *NBER Working Paper* n. 9971. URL [on-line]: <http://www.nber.org/papers/w9971>. Acesso em: 12 de junho de 2012.
- Dosi, G.; Freeman, C.; Fabiani, S. (1994). “The process of economic development: introducing some stylized facts and theories on technologies, firms and institutions”. *Industrial and Corporate Change* 3(1): 1-45.
- Feijó, C. (2007). “Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente”. *Estudos IEDI*. URL [on-line]: <http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/>

docs/2452007161112__desindustrializacao%20MAIO%202007.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

- Katz, J. (2005). “A dinâmica do aprendizado tecnológico no período de substituição das importações e as recentes mudanças estruturais no setor industrial da Argentina, do Brasil e do México”. In Kim, L.; Nelson, R. R. (Org.). (2005). *Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente*. Campinas: Editora Unicamp, p. 413-448.
- Malerba, F. (2006). “Innovation and the evolution of industries”. *Journal of Evolutionary Economics* 16(1): 3-23.
- Mendonça, A. R. R. (2009). “Sistemas financeiros do Mercosul: estrutura, financiamento de longo prazo e interpenetração de capitais”. *Textos para Discussão IE/Unicamp* n. 166.
- Prebisch, R. (1944). “El patrón oro y la vulnerabilidad económica de nuestros países”. *Revista de Ciencias Económicas* 2(272).
- Stiglitz, J. (2003). “Globalization and the economic role of the state in the new millennium”. *Industrial and Corporate Change* 12(1): 3-26.
- Tachinardi, M. H. (2001). “Abertura comercial em debate - Discussão sobre a posição brasileira na próxima rodada da OMC pega fogo”. URL [on-line]: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1504:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 20 de junho de 2012.
- Tavares, M. C. (1972). “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. In *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.